



BANCARINHO

Edição **855** 25/10/2017 - ANO: XIII



8º Congresso começa na sexta-feira 27/10

O Sindicato ainda está aguardando a confirmação de alguns delegados que estarão se inscrevendo para participar do 8º Congresso dos Bancários de Dourados.

O evento terá abertura na sexta-feira dia 27/10 a partir das

19h e contará com palestras e a presença de convidados e representantes da comunidade em geral, além dos bancários e bancárias da região.

No sábado o evento será voltado às discussões da entidade e da categoria, e o foco será discutido entre os delegados previamente inscritos para o congresso.

Negociador dos funcionários com o BB estará em Dourados dia 1/11

O Coordenador da Comissão de negociação dos empregados do BB, Wagner Nascimento estará em Dourados na próxima quarta-feira 1/11, quando fará um bate papo com os trabalhadores desta instituição.

A reunião é aberta a todos os empregados e acontecerá na agência Parque dos Ipês na sala de reuniões e será um momento em que os funcionários terão para esclarecimentos sobre os diversos assuntos relacionados ao Banco do Brasil.

Wagner aceitou o convite do Sindicato e se propôs a abrir essa agenda, por isso é interessante a participação e presença dos trabalhadores nesta reunião que começará às 8:30h.

Audiência pública em Juti será dia 31 de outubro

O Sindicato dos Bancários de Dourados juntamente com o Sindicato dos Bancários de Campo Grande e o mandato do deputado João Grandão, Câmara de Vereadores e Prefeitura de Juti-MS, farão uma audiência pública para debater e viabilizar meios de melhorar as condições de funcionamento do PA do BB na cidade.

A audiência acontece no dia

31 de outubro às 19h na quadra coberta do CMA e contará com a presença de autoridades políticas e sindicais, além de representantes do banco, que debaterão e falarão sobre a defesa dos bancos públicos bem como discutir e encaminhar propostas a respeito das condições de trabalho e melhorias no Posto de Atendimento do município, uma antiga reivindicação da comunidade e que o sindicato sempre pautou em reuniões com o banco.

Gestores não podem proibir funcionários de usar barba

Em São Paulo, o Sindicato dos Bancários tem recebido frequentes denúncias de que gestores estão pressionando e perseguindo bancários por usarem barba.

O banco não pode interferir na individualidade e em questões da identidade do empregado.

País afora o movimento sindical tem observado que em algumas agências dos diversos bancos, há reclamações de que, o problema também acontece.

O Bradesco não tem, em seus normativos, nenhuma orientação que proíba o uso de barba. "É

necessário que a direção do banco reoriente seus gestores. Não vamos aceitar nenhuma forma de discriminação e muito menos demissões por causa das preferências estéticas do bancário. Isto é um absurdo", disse Ivanilde Fidelis diretora intersindical do Sindicato dos Bancários de Dourados.

O problema não é de hoje. Em 2010, o banco foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar indenização de R\$100 mil, valor que foi destinado ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), por causa da "discriminação estética" aos funcionários. Os bancários que se sentirem discriminados devem denunciar ao Sindicato.

Sindicato convida bancários para discutir PPA da saúde

Até o final do mês, deverá ser encaminhado a Câmara Municipal o Plano Plurianual 2017/2018 PPA (Plano Plurianual) que define anualmente a receita e a despesa por programa do governo, já está nas mãos dos conselheiros de saúde de Dourados e como a programação anual define os gastos na saúde, o Sindicato dos Bancários de Dourados que tem assento neste fórum gostaria da participação da categoria, deste modo os bancários e bancárias podem apontar as principais prioridades.

A proposta já está nas mãos dos Conselheiros e dentro do cronograma para aprovação terá ainda as discussões internas, sendo que o enfoque é quanto aos gastos na chamada Atenção Básica da saúde que o governo municipal escolheu como prioridade em sua gestão, e segundo os técnicos da área os valores destinados serão insuficiente para tal propósito.

A participação popular, assim como o controle social, é também expressão do poder político, no sentido de políticas ou condutas a serem implementadas pelo Estado, compartilhando ainda das mesmas funções atribuídas ao controle do cidadão estando, ademais, positivado pela Constituição do Brasil como direito fundamental, disse o diretor sindical e membro do conselho de saúde Carlos Longo.

Ele informou ainda que um documento com todos os valores está no Sindicato e os interessados devem procura-lo para propostas e sugestões para destinação dos recursos públicos na saúde.